

SCHULZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 42300008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade e suas controladas tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 26 de janeiro de 2018.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2017	31/12/2016
Schulz Compressores S.A	Brasil	99,99%	99,98%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

A empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. Concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação

de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.14. 1 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.23. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

- **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 47 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Estoque-Ativo	3.048
IR e CS diferidos-Ativo	444
Contas a Pagar-Passivo	4.354
Lucros Acumulados(PL)	(862)

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas de produtos que contemplam obrigações pós vendas, descontos atrelados a performance ou qualquer outra forma de obrigações pós vendas.

- **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Contas a receber de clientes-Ativo	(753)
IR e CS diferidos-Ativo	256
Lucros acumulados(PL)	(497)

- **CPC 16 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Essa norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob único tratamento contábil, unificando as operações de arrendamentos operacionais e financeiros, ou seja, passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos

arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não existem outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A empresa mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil passiva de US\$ 8,4 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, com o objetivo de garantir a margem (lucratividade) de algumas exportações pontuais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Operações NDF em 31/12/2017									
Data Início	Data Vencimento	Montante do Contrato	Tipo Operação	Ativo Objeto	Paridade Inicial Contratante	Paridade Futura Contratada	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
26/09/2017	29/03/2018	1.000.000,00	Vende	R\$/USD	3,168	3,23	3,20	3,35	3,45
26/09/2017	30/04/2018	1.000.000,00	Vende	R\$/USD	3,168	3,24	3,20	3,35	3,45
26/09/2017	30/05/2018	1.000.000,00	Vende	R\$/USD	3,168	3,25	3,20	3,35	3,45
26/09/2017	29/06/2018	1.000.000,00	Vende	R\$/USD	3,168	3,26	3,20	3,35	3,45

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Derivativos				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
NDF Vencimento 29/03/2018	Alta do Dólar(US\$)	30.000,00	(120.000,00)	(220.000,00)
NDF Vencimento 30/04/2018	Alta do Dólar(US\$)	40.000,00	(110.000,00)	(210.000,00)
NDF Vencimento 30/05/2018	Alta do Dólar(US\$)	50.000,00	(100.000,00)	(200.000,00)
NDF Vencimento 29/06/2018	Alta do Dólar(US\$)	60.000,00	(90.000,00)	(190.000,00)
	Total	180.000,00	(420.000,00)	(820.000,00)

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis em contratos de financiamentos e aplicações financeiras:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida					
Descrição	Risco	31/12/2017 R\$ Mil	Cenário Provável R\$ Mil	Cenário Adverso I R\$ Mil	Cenário Adverso II R\$ Mil
Ativos					
Cientes no Mercado Externo	Baixa do Dólar	80.758	78.121	81.783	84.224
Caixa/Bancos - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	69.903	67.621	70.791	72.904
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	66.725	64.547	67.573	69.590
Outros Ativos	Baixa do Dólar	120	116	121	125
Total		217.506	210.405	220.268	226.843
Passivos					
Dívida Bancária	Alta do Dólar	245.395	237.383	248.510	255.928
Total		245.395	237.383	248.510	255.928
Exposição Líquida Passiva - R\$ Mil	Alta do Dólar	(27.889)	(26.978)	(28.242)	(29.085)
Exposição Líquida Passiva - US\$ Mil	Alta do Dólar	(8.432)	(8.432)	(8.432)	(8.432)
Taxa Dólar		3,3080	3,2000	3,3500	3,4500

Esta simulação somente terá prejuízo se o real se desvalorizar, conforme demonstrado acima.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis									
Descrição	Risco	% a.a 31/12/2017	31/12/2017 R\$ Mil	Cenário I (Provável)		Cenário II (Possível)		Cenário III (Remoto)	
				% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	9,93%	146.053	7,00%	(4.279)	5,25%	(6.835)	3,50%	(9.391)
Financiamentos	Alta CDI	9,93%	(94.575)	7,00%	2.771	8,75%	1.116	10,50%	(539)
Financiamentos	Alta Libor (6M)	1,85%	(234.663)	2,00%	(352)	2,50%	(1.525)	3,00%	(2.699)
Financiamentos	Alta TJLP	7,00%	(27.272)	6,75%	68	8,44%	(393)	10,13%	(852)
Financiamentos	Alta Selic	7,00%	(74)	6,75%	0	8,44%	(1)	10,13%	(2)
Total Impacto sobre as Despesas/Receitas Financeiras Líquidas					(1.792)		(7.638)		(13.483)

As taxas para o cenário I (Provável) estão demonstradas para um horizonte de 03 meses (31.03.2018). Consideramos uma deterioração de 25% para as taxas do cenário II e 50% para as taxas do cenário III.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	1	4	3	4
Bancos Conta Movimento	71	1.123	5.017	1.133
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	59.655	41.249	69.903	46.575
Aplicação Financeira	146.053	199.381	146.053	199.381
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	66.725		66.725	
Total	272.505	241.757	287.701	247.093

As aplicações financeiras, em reais, estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

As aplicações em dólar estão lastreadas em papéis de renda fixa, indicadas e administradas pelo Banco Santander.

NOTA 6 - CLIENTES

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Clientes Interno	56.285	104.721	129.310	104.721
Contas a Receber de Clientes Externo	60.980	49.901	80.758	56.804
Contas a Receber de Empresas Ligadas	2.029	2.581		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(5.158)	(5.740)	(5.158)	(5.740)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(1.466)	(803)	(1.979)	(1.129)
Contas a Receber de Clientes	112.670	150.660	202.931	154.656
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos de 1 a 30 dias	5.530	8.361	8.620	9.218
Vencidos de 31 a 60 dias	443	1.371	700	1.543
Vencidos de 61 a 180 dias	1.175	1.541	1.530	1.786
Vencidos acima de 181 dias	6.715	6.543	8.073	8.058
A vencer em até 3 meses	97.560	117.090	158.655	118.431
A vencer mais de 3 meses	7.871	22.297	32.490	22.489
Contas a Receber de Clientes	119.294	157.203	210.068	161.525
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais	58.314	104.721	129.310	104.721
US\$	50.040	44.977	69.818	49.299
Euro	10.940	7.505	10.940	7.505
Total	119.294	157.203	210.068	161.525

NOTA 7 - ESTOQUES

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	22.591	21.218	33.216	26.063
Impairment de Produtos Acabados	(2.537)	(4.528)	(4.274)	(4.528)
Produtos em Elaboração	23.012	17.138	21.292	17.138
Matéria-Prima	10.222	15.924	19.977	15.924
Materiais Consumo Produção	7.390	6.205	8.177	6.205
Consignação	19.745	18.597	19.935	18.597
Revenda	8.345	41.140	38.777	41.140
Outros Estoques	9.783	9.152	10.396	9.152
Total	98.551	124.846	147.496	129.691

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a Recuperar	11.242	11.540	14.738	11.540
IPi a Recuperar	1.318	781	1.439	781
PIS/COFINS a Recuperar	535		535	
IRPJ/CSLL	6.893	6.053	6.893	6.053
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.323	1.845	1.323	1.845
Reintegra	926	37	1.187	37
Outros Impostos	18.624	394	18.881	454
Parcela Circulante	40.861	20.650	44.996	20.710
Impostos Diferidos			1.405	
ICMS a Recuperar	921	543	1.106	543
Parcela Não Circulante	921	543	2.511	543
Total	41.782	21.193	47.507	21.253

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em Sociedades Controladas	219.963	16.167		
Propriedades para Investimento	11.580	10.596	11.580	10.596
Total	231.543	26.763	11.580	10.596

9.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2016									
Schulz of América, Inc.	USA	13.500	1.600	11.900	17.247	466	100,00%	466	11.900
Em 31 de dezembro de 2017									
Schulz of América, Inc.	USA								
Em 31 de dezembro de 2016									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	3.198	798	2.400	7.222	(854)	100,00%	(854)	2.400
Em 31 de dezembro de 2017									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China								
Em 31 de dezembro de 2016									
Shanghai Schulz Compressor CO.,LTD	China	1.806	(51)	1.857		(19)	100,00%	(19)	1.857
Em 31 de dezembro de 2017									
Shanghai Schulz Compressor CO.,LTD	China								
Em 31 de dezembro de 2016									
Schulz Compressores S.A	Brasil	10		10			99,98%		10
Em 31 de dezembro de 2017									
Schulz Compressores S.A	Brasil	246.279	26.316	219.963	124.933	2.432	99,99%	2.432	219.963

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1

9.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.596
Valor Justo	984
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.580

A Companhia possui terrenos classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2017, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	32.951	119.499	378.543	9.183	2.718	112.270	11.806	9.953	10.894
Depreciação Acumulada		(44.310)	(227.336)	(5.165)	(1.952)	(70.136)	(9.148)	(6.667)	
Valor contábil líquido	32.951	75.189	151.207	4.018	766	42.134	2.658	3.286	10.894
Adições			707	3	1.607	14	5	37	37.414
Transferências	100	793	4.881	109	207	4.246	567	363	(11.350)
Transferências Depreciação		(61)	43			63	(39)	(6)	
Transferências Acervo Líquido	(10.286)	(22.518)	(14.396)	(928)	(824)	(6.525)	(233)	(1.296)	(1.644)
Baixas			(1.596)	(12)	(1.409)	(22)	(263)	(31)	(11)
Depreciação		(2.435)	(16.545)	(624)	(209)	(7.273)	(1.116)	(500)	
Baixas da Depreciação			1.396	11	878	21	263	13	
Saldo Final	22.765	50.968	125.697	2.577	1.016	32.658	1.842	1.866	35.303
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	22.765	97.774	368.139	8.355	2.299	109.983	11.882	9.026	35.303
Depreciação Acumulada		(46.806)	(242.442)	(5.778)	(1.283)	(77.325)	(10.040)	(7.160)	
Valor contábil líquido	22.765	50.968	125.697	2.577	1.016	32.658	1.842	1.866	35.303

Imobilizado	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação	3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	32.951	119.499	378.749	9.474	2.761	112.270	11.809	9.953	10.894
Depreciação Acumulada		(44.310)	(227.465)	(5.201)	(1.995)	(70.136)	(9.151)	(6.667)	
Valor contábil líquido	32.951	75.189	151.284	4.273	766	42.134	2.658	3.286	10.894
Adições			941	16	1.696	14	5	37	40.585
Transferências	100	1.004	5.740	(17)	80	4.291	646	434	(12.483)
Transferências Depreciação		(125)	45	(2)		127	(39)	(6)	
Variação Cambial			15	3	7				
Baixas			(1.891)	(21)	(1.409)	(22)	(277)	(31)	(12)
Depreciação		(2.859)	(17.296)	(716)	(328)	(7.792)	(1.181)	(660)	
Baixas da Depreciação			1.661	19	878	21	276	13	
Saldo Final	33.051	73.209	140.499	3.555	1.690	38.773	2.088	3.073	38.984
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	33.051	120.503	383.554	9.455	3.135	116.553	12.183	10.393	38.984
Depreciação Acumulada		(47.294)	(243.055)	(5.900)	(1.445)	(77.780)	(10.095)	(7.320)	
Valor contábil líquido	33.051	73.209	140.499	3.555	1.690	38.773	2.088	3.073	38.984

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “*in loco*”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 26.863 mil (R\$ 30.750 mil em 31 de dezembro 2016), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 526 mil (R\$ 860 mil em 31 de dezembro de 2016) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.313 mil (R\$ 1.421 mil em 31 de dezembro de 2016) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 28.533 mil (R\$ 30.762 mil em 31 de dezembro 2016), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 928 mil (R\$ 871 mil em 31 de dezembro de 2016) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.371 mil (R\$ 1.421 mil em 31 de dezembro de 2016) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$ 11.737 mil (R\$ 13.626 mil em 31 de dezembro de 2016), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora						Total
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	121	17	1.583	22.092	10.284	556	34.653
Amortização Acumulada	(95)			(8.780)	(7.361)		(16.236)
Valor contábil líquido	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417
Adições			831	70			901
Transferências			(328)	257	155		84
Transferências Ativo Líquido	(26)	(17)	(1.376)	(12.970)	(181)	(556)	(15.126)
Baixas				(25)	(136)		(161)
Amortização				(646)	(855)		(1.501)
Baixa Amortização				2	136		138
Saldo Final			710		2.042		2.752
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	95		710	9.424	10.122		20.351
Amortização Acumulada	(95)			(9.424)	(8.080)		(17.599)
Valor contábil líquido			710		2.042		2.752

Intangível	Consolidado						Total
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	121	17	1.583	22.092	10.284	556	34.653
Amortização Acumulada	(95)			(8.780)	(7.361)		(16.236)
Valor contábil líquido	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417
Adições			1.725	71	12		1.808
Transferências			(866)	795	276		205
Baixas				(25)	(136)		(161)
Amortização				(1.314)	(912)		(2.226)
Baixa Amortização				2	136		138
Saldo Final	26	17	2.442	12.841	2.299	556	18.181
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	121	17	2.442	22.933	10.436	556	36.505
Amortização Acumulada	(95)			(10.092)	(8.137)		(18.324)
Valor contábil líquido	26	17	2.442	12.841	2.299	556	18.181

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 815 mil (R\$ 1.531 mil em 31 de dezembro de 2016), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 686 mil (R\$ 726 mil em 30 de dezembro de 2016) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1.531 mil (R\$ 1.531 mil em 30 de dezembro de 2016), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 695 mil (R\$ 726 mil em 30 de dezembro de 2016) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 12 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
Em 31 de dezembro de 2016	(6.543)	(4.528)	(6.869)	(4.528)
Constituições (resultado)	(1.141)	(672)	(1.361)	(2.409)
Reversões (resultado)	1.060	2.663	1.093	2.663
Em 31 de dezembro de 2017	(6.624)	(2.537)	(7.137)	(4.274)

NOTA 13 - FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	38.662	24.919	50.267	24.919
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	707	696	(120)	(191)
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	620	127		
Total a pagar Fornecedores	39.989	25.742	50.147	24.728
Aging List Contas a Pagar	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A Vencer em até 3 meses	39.369	25.513	49.462	24.499
A vencer mais de 3 meses	620	229	685	229
Contas a Pagar a Fornecedores	39.989	25.742	50.147	24.728
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais	39.282	24.919	50.267	24.919
US\$	208	755	(639)	(259)
Euro	499	68	519	68
Contas a Pagar a Fornecedores	39.989	25.742	50.147	24.728

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações Sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão Férias e 13º Salário	5.602	3.942	8.372	3.942
Programa Participação Resultado	4.632	4.521	5.995	4.521
INSS / FGTS	2.485	2.920	3.260	2.920
Salários a Pagar	4.636	2.993	5.778	2.993
Outras Obrigações Sociais	223	403	312	403
Total	17.578	14.779	23.717	14.779

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ / CSLL	74	573	601	718
IRPJ / CSLL Diferidos		4.548		4.548
IPI / PIS / COFINS		1.860	758	1.860
Obrigações Tributárias Estaduais	854	575	1.486	575
Obrigações Tributárias Municipais	18	11	19	11
Outras Obrigações Tributárias Federais	1.945	3.445	2.814	3.445
Refis PERT (Nota 15.1)	1.305		1.305	
Obrigações Tributárias Curto Prazo	4.196	11.012	6.983	11.157
Refis PERT (Nota 15.1)	12.446	1.581	12.446	1.581
Obrigações Tributárias Longo Prazo	12.446	1.581	12.446	1.581
Total Obrigações Tributárias	16.642	12.593	19.429	12.738

15.1 PERT (PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA Lei nº 13.496/2017) – PRAZO 145 MESES

A empresa aderiu ao parcelamento dos débitos junto à União Federal de acordo com a Lei 13.496/2017, será amortizado em 145 meses.

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado		
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
					Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	953	946	953	946	
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.818	3.716	5.818	3.716	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.098	2.101	2.098	2.101	
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.493	1.475	1.493	1.475	
BNDES-Exim-PSI	8,00% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pré-Fixada		101.596		101.596	
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	36.478	-	36.478	-	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	7.316	17.157	7.316	17.157	
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	20.363	375	20.363	375	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.329	1.283	1.329	1.283	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	29	27	29	27	
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.446	1.739	1.446	1.739	
Leasing	100% do CDI (CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	-	17	-	17	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	68	-	141	-	
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	37.614	21.926	37.614	21.926	
Resolução 4131	VC + Libor + 4,03% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada		13.421		13.421	
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	781	5.358	958	5.358	
Total do Circulante					115.786	171.137	116.036	171.137	
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador					
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		940		940	
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	15.300	14.264	15.300	14.264	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	3.419	5.508	3.419	5.508	
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	2.151	3.582	2.151	3.582	
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	-	33.206	-	33.206	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	50.000	7.143	50.000	7.143	
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	-	20.000	-	20.000	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.872	4.183	3.872	4.183	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	45	67	45	67	
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	5.016	6.310	5.016	6.310	
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	6.947		6.947		
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	197.049	73.868	197.049	73.868	
Total do Não Circulante					283.799	169.071	283.799	169.071	
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208	
Escalonamento da Dívida					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Em até 6 meses					65.810	40.027	65.935	40.027	
De 6 meses a 1 ano					49.976	131.110	50.101	131.110	
De 1 a 2 anos					107.197	106.347	107.197	106.347	
De 2 a 3 anos					96.048	48.824	96.048	48.824	
De 3 a 5 anos					79.670	11.798	79.670	11.798	
Acima de 5 anos					884	2.102	884	2.102	
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208	
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Reais - R\$		CP			76.611	134.315	76.788	134.315	
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			39.175	36.822	39.248	36.822	
Reais - R\$		LP			77.652	91.621	77.652	91.621	
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			206.147	77.450	206.147	77.450	
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208	
Dívida por Indexação					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Taxas Pré-Fixadas					39.115	115.580	39.188	115.580	
Taxas-Pós Fixadas					360.470	224.628	360.647	224.628	
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208	

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ sobre diferenças temporárias			1.033	
CSLL sobre diferenças temporárias			372	
Total Ativo Não Circulante			1.405	

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ a recolher			485	
IR Federal Filial EUA			(137)	145
CSLL a recolher	74	573	253	573
IRPJ sobre diferenças temporárias		3.344		3.344
CSLL sobre diferenças temporárias		1.204		1.204
Total Passivo Circulante	74	5.121	601	5.266
IRPJ sobre diferenças temporárias	55.471	49.595	55.593	49.595
CSLL sobre diferenças temporárias	19.969	17.854	20.014	17.854
Total Passivo Não Circulante	75.440	67.449	75.607	67.449

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2016	10.527	3.434	23.921	29.567	67.449
Constituição dos Tributos	3.318	335		244	3.897
Transferência Longo Prazo				7.730	7.730
Baixa dos Tributos	(2.381)		(1.077)	(178)	(3.636)
Em 31 de dezembro 2017	11.464	3.769	22.844	37.363	75.440

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2016	10.527	3.434	23.921	29.567	67.449
Constituição dos Tributos	3.318	335		411	4.064
Transferência Longo Prazo				7.730	7.730
Baixa dos Tributos	(3.786)		(1.077)	(178)	(5.041)
Em 31 de dezembro 2017	10.059	3.769	22.844	37.530	74.202

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/16	31/12/2017	31/12/16
Provisão IRPJ	(10.596)	(8.876)	(11.750)	(9.051)
Provisão CSLL	(3.738)	(3.015)	(4.178)	(3.015)
Outras Receitas Tributárias - IRPJ/CSLL	2.228	4.701	2.228	4.701
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(3.444)	(3.839)	(3.566)	(3.839)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(1.220)	(1.382)	(1.264)	(1.382)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	3.254	5.680	4.288	5.680
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	1.149	2.045	1.521	2.045
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(12.367)	(4.686)	(12.721)	(4.861)

NOTA 18 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento na controladora e consolidada, de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível à Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 2.069 mil (R\$ 3.950 mil em 31 de dezembro de 2016) e são registrados no Realizável à Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.245	-	1.245
Em 31 de dezembro de 2017	1.245	-	1.245

A Companhia possui passivos contingentes na controladora e consolidada, considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhista e Previdenciária	8.979	10.522
Tributária	2.917	2.846
Ambiental	295	295
Cível	87	231
Total	12.278	13.894

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo	
	Clientes	
	31/12/2017	31/12/2016
Schulz of América, Inc.(Nota 6)		2.581
Schulz Compressores S.A. (Nota 6)	2.029	
Total	2.029	2.581

Parte Relacionada	Passivo	
	Fornecedores	
	31/12/2017	31/12/2016
Schulz of América, Inc.(Nota 13)		127
Schulz Compressores S.A. (Nota 13)	620	
Total	620	127

Parte Relacionada	Resultado(Receitas)	
	Receita de Vendas	
	31/12/2017	31/12/2016
Schulz of América, Inc.(Nota 21)		8.250
Schulz Compressores S.A (Nota 21)	34.237	
Total	34.237	8.250

Parte Relacionada	Resultado(Custo)	
	Custo das Vendas	
	31/12/2017	31/12/2016
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD		7.222
Schulz Compressores S.A	26.905	
Total	26.905	7.222

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

19.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação Administradores Estatutários	4.080	3.230	4.080	3.230
Juros sobre Capital Próprio	119	124	119	124
Dividendos Controladores	3.422	2.048	3.422	2.048
Total	7.621	5.402	7.621	5.402

19.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração dos Conselheiros	1.037	496	1.037	496
Remuneração Diretoria - Pro-labore	4.080	3.761	4.080	3.761
Participação da Administração	4.080	3.230	4.080	3.230
Total	9.197	7.487	9.197	7.487

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é formado de 63.816.925 ações, sendo 27.266.565 ações ordinárias e 36.550.360 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

20.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida nos artigos 31º ao 33º do Estatuto Social, o dividendo obrigatório é fixado em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Valor R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	40.120
(-) Reserva legal	(1.911)
(-) Reserva p/ Incentivos Fiscais	(1.886)
Base de Cálculo Dividendos	36.323
Dividendos propostos – 25%	9.081
(-) Juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda	(5.720)
Dividendos a pagar	3.361

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/11/2017 autorizou a companhia o pagamento de dividendos sobre a forma de juros sobre capital próprio e que foi disponibilizado a partir de 30/11/2017 aos acionistas.

Juros Sobre Capital Próprio		
Valor Bruto		6.504
(-) IRRF		(784)
Valor Líquido		5.720

20.2 Ações em Tesouraria

A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2016	275.194	1.347.905
Aquisições no Período		
Baixas no Período		
Saldo em 31/12/2017	275.194	1.347.905

Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,75	5,30

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2017, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 1.896 mil (275.194 x 6,89).

B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2016	5.400	64.800
Aquisições no Período		
Baixas no Período		
Saldo em 31/12/2017	5.400	64.800

Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2017, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 64,8 mil (5.400 x 12,00).

20.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014, iniciamos a constituição de reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado. (R\$ 1.886 em 2017, R\$ 3.244 em 2016, R\$ 3.820 em 2015 e R\$ 8.433 em 2014).

Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Reservas Incentivos Fiscais	Valor em R\$
Saldo 31/12/2016	15.497
Aquisições	1.886
Saldo em 31/12/2017	17.383

NOTA 21 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Vendas Mercado Interno	504.472	524.765	626.809	524.765
Vendas Zona Franca de Manaus	1.504	2.441	2.674	2.441
Vendas Mercado Externo	196.710	200.263	232.350	217.511
Outras Vendas	5.729	1.849	6.289	1.849
Vendas Intercompanhia	34.237	8.250	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	(29.063)	(51.942)	(40.079)	(52.186)
(-) Impostos sobre as Vendas	(122.255)	(114.674)	(141.274)	(114.674)
Receita Líquida de Vendas	591.334	570.952	686.769	579.706

NOTA 22 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre Capital de Giro	29.871	27.643	29.906	27.643
Juros sobre Financiamentos	3.894	4.423	3.895	4.423
Variação Cambial	47.629	62.543	47.990	62.503
Outras Despesas	2.009	2.361	2.027	2.361
Total de Despesas	83.403	96.970	83.818	96.930

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Variação Cambial	47.233	62.066	48.053	62.066
Aplicações Financeiras	19.573	29.038	19.573	29.038
Outras Receitas	10.720	2.813	10.818	2.813
Total de Receitas	77.526	93.917	78.444	93.917
Resultado Líquido Financeiro	(5.877)	(3.053)	(5.374)	(3.013)

NOTA 23 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2017 constam de acordo.

A Companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 5.995 (R\$ 4.521 em 31 de dezembro 2016) referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2017. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

NOTA 24 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		31/12/2017	31/12/2016
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais		23.907	18.264
Lucro disponível aos acionistas ordinários		16.213	12.386
Total		40.120	30.650
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		36.550	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas		27.267	27.267
Total		63.817	63.817
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		0,65408	0,49968
Ação ordinária		0,59462	0,45425

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques	831.041
Além da cobertura detalhada acima, em 31/12/2017 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:		
1. Lucros cessantes; 2. Responsabilidade Civil; 3. Transportes; 4. Automóvel (Frota); 5. Vida em Grupo; 6. Assistência Viagem.		

NOTA 26 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 11,7 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 16), e R\$ 61,3 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 57.709 mil) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 3.632 mil).

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora							Controladora						
31/12/2017				31/12/2016			31/12/2017				31/12/2016		
Ativos Financeiros	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	212.778	59.727	272.505	199.381	42.376	241.757	Fornecedores	39.989	39.989		25.742	25.742	
Clientes		112.670	112.670		150.660	150.660	Empréstimos e Financiamentos	399.585	399.585		340.208	340.208	
Total	212.778	172.397	385.175	199.381	193.036	392.417	Total	439.574	439.574		365.950	365.950	

Consolidado							Consolidado						
31/12/2017				31/12/2016			31/12/2017				31/12/2016		
Ativos Financeiros	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	212.778	74.923	287.701	199.381	47.712	247.093	Fornecedores	50.147	50.147		24.728	24.728	
Clientes		202.931	202.931		154.656	154.656	Empréstimos e Financiamentos	399.835	399.835		340.208	340.208	
Total	212.778	277.854	490.632	199.381	202.368	401.749	Total	449.982	449.982		364.936	364.936	

NOTA 28 - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL EM CONTROLADA

Em 01 de julho de 2017, a Companhia efetuou transferências de ativos diretamente relacionados ao segmento Compressores, mediante integralização de acervo líquido apurado por Laudo de Avaliação Contábil no valor de R\$ 217.514.903,00 (duzentos e dezessete milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e três reais), para sua controlada Schulz Compressores S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 23.635.798/0001-43, conforme detalhamos a seguir:

Descrição	Acervo Transferido	Integralização de Capital
Clientes	78.080.283,56	
Estoques	48.748.514,01	
Impostos a Recuperar (CIAP)	257.018,19	
Investimentos em Controladas	16.652.711,26	217.514.903,00
Ativo Imobilizado	58.650.372,82	
Ativo Intangível	15.126.002,85	
Moeda Corrente Nacional	0,31	
TOTAL	217.514.903,00	217.514.903,00

Conforme Comunicado ao Mercado de 11 de maio de 2017, a reorganização societária e operacional da Companhia tem por objetivo proporcionar maior transparência dos resultados operacionais e maior eficácia na

análise e avaliação de desempenho e dos resultados de cada segmento de negócios, bem como benefícios de ordem administrativa e financeira.

NOTA 29 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2016	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	400.700	194.478	595.178
Receita entre Segmentos		(15.472)	(15.472)
Receita de Clientes	400.700	179.006	579.706
Depreciação e Amortização	(28.758)	(6.553)	(35.311)
Ativo Imobilizado e Intangível	261.112	80.740	341.852

Em 31 de dezembro de 2017	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	490.350	233.839	724.189
Receita entre Segmentos		(37.420)	(37.420)
Receita de Clientes	490.350	196.419	686.769
Depreciação e Amortização	(26.731)	(6.327)	(33.058)
Ativo Imobilizado e Intangível	277.691	75.412	353.103

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	31/12/2017	31/12/2016
América Latina	7,65%	17,44%
EUA e Canadá	37,55%	31,97%
Europa	50,17%	47,35%
Outros	4,63%	3,24%

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.016	2T'17	3T'17	4T'16	4T'17	2.017
Lucro Líquido Exercício	30.650	11.242	11.672	6.499	11.012	40.120
(+) Tributos sobre o Lucro	4.861	5.068	7.227	(2.577)	(1.267)	12.721
(+) Despesas Financeiras Líquidas	3.013	707	816	592	4.347	5.374
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	35.311	8.270	8.188	8.770	8.210	33.058
TOTAL	73.835	25.287	27.903	13.284	22.302	91.273
Receita Operacional Líquida	579.706	174.463	182.465	137.951	186.136	686.769
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	12,74%	14,49%	15,29%	9,63%	11,98%	13,29%